

# 5 de outubro, a data da nova Carta

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou, ontem, o dia 5 de outubro para a promulgação da nova Constituição, cuja redação final será votada no dia 22. Sua ideia inicial era promulgá-la no dia 21, início da primavera, mas, por ser uma data muito próxima, não daria tempo para preparar a grande festa em que pretende transformar o evento.

Ulysses fez veemente defesa do cumprimento da nova Carta, advertindo que, "se a Constituição for desmoralizada, será também a desmoralização da lei e da democracia e a democracia é a vontade da lei e não a vontade de Ulysses Guimarães, José Sarney ou do General Leonidas".

O Deputado fez essa advertência quando jornalistas perguntaram sobre a possibilidade de alguns dispositivos não virem a ser cumpridos pelo fato de terem sido muito criticados, como o tabelamento de juros. Sem entrar no mérito, Ulysses foi objetivo:

— A Constituição terá de ser cumprida por todos. Ela foi feita para isso e não para ser desmoralizada.

Informou, então, que até aquele momento (13h) não havia tomado a iniciativa de ligar para o Presidente Sarney. Mas disse que o procuraria a fim de convidá-lo para a promulgação:

— Há um dispositivo que diz que o Presidente da República deve comparecer, juntamente com o Presidente do Supremo, para jurar a nova Constituição.

No momento em que explicava a formalidade, Ulysses foi interrompido por um telefonema do Presidente Sarney.

— Não morre nunca — brincou, ao atender, numa sala reservada. E, 15 minutos depois, retomou a entrevista, para comunicar:

— O Presidente acaba de me dizer que se associa ao júbilo da Nação pela iminente promulgação da Constituição, um passo definitivo para a transição — disse.

A seguir, considerou o gesto de Sarney "um testemunho perante todas as Nações civilizadas de que, realmente, implantamos a democracia no Brasil." Acrescentou que Sar-



Ulysses: "Constituição foi feita para ser cumprida e não desmoralizada"

ney ligou para dizer também que estava mandando uma carta expressando seus sentimentos e se colocando, "não só como Chefe de Estado, mas, também, da Nação, inteiramente à disposição, inteiramente integrado no esforço de cumprir a Constituição, implantá-la e fazer com que ela produza todos os frutos".

Ulysses reiterou que pretende convidar todos os Presidentes dos Parla-mentos das Américas e dos países de língua portuguesa para a promulgação da nova Carta, a fim de promover a integração do continente e caracterizar a luta de seus povos pela democracia.

Ele já começou a examinar várias sugestões para a solenidade. Até agora, fixou-se na divisão do evento em duas etapas: a primeira, seria a solenidade interna de assinatura do no-

vo texto, para o qual seriam convidadas apenas parentes dos constituintes; a segunda, a solenidade oficial, incluiria convites a todo o Corpo Diplomático e seria realizada no plenário. Depois, haveria um coquetel no Anexo IV da Câmara.

Ulysses disse, ainda, não ter ideia de como será a festa popular, na parte externa do Congresso. O Primeiro-Secretário da Mesa da Constituinte, Deputado Marcelo Cordeiro, sugeriu a armação de um palanque gigante na rampa do Congresso, para um "show" com músicas, danças regionais e artistas populares. Essa comemoração seria simultânea à solenidade no Congresso. Marcelo Cordeiro informou também ter tratado com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão a transmissão do evento.

## Fase de correção começa hoje mesmo

BRASÍLIA — Até a data da promulgação da nova Constituição, o texto aprovado pelo plenário vai passar por três fases de adaptação, destinadas à correção de erros, sem alteração no mérito das matérias.

De hoje até o dia 8, correrá o prazo para que o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) processe as adequações no texto. Os artigos serão reenumerados e todas as remissões, a partir do artigo 20, terão de ser conferidas, visto que o plenário, com aprovação de textos novos e fusões, modificou a ordem. Caberá ainda à Relatoria — constituintes José Fogaça (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ) — adaptações à técnica legislativa e correções de linguagem.

Os dias 13 e 14 serão para a Comissão de Redação, presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães, fazer correções de linguagem. Apesar de a primeira reunião ser no dia 13, seus 21 integrantes receberam o texto cinco dias antes, para análise individual. Participam da Comissão 19 parlamentares indicados por Ulysses, o constitucionalista José Afonso da Silva e do filólogo Celso Cunha.

No dia 14, será publicado o texto conferido pela Comissão de Redação e distribuído aos constituintes. Nos dias 16 e 17, eles apresentarão sugestões à Comissão de Redação. Só serão protocoladas as que visem a aprimorar a técnica legislativa e corrigir erros de linguagem.

Os dias 17, 18 e 19 serão reservados à redação final do texto que será apreciado em votação única, no plenário. Dia 20: publicação da redação final. No dia 22, quinta-feira, discussão e votação do texto, em turno único, que não pode exceder de 24 horas. De 23 a 27 de setembro haverá cinco sessões para os constituintes assinarem, em dez vias, a Constituição. Esses originais são dedicados, em pares, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Poder Executivo, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional.

Dia 5 de outubro, uma quarta-feira, será promulgada a nova Constituição do Brasil.

## Executivo terá iniciativa da legislação

BRASÍLIA — De acordo com a nova Constituição, a iniciativa das leis complementares e ordinárias caberá a Deputados federais, Senadores, Presidente da República, Tribunais Superiores e cidadãos — para estes, desde que o projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados seja subscrito por um por cento do eleitorado, no mínimo (cerca de 470 mil eleitores). Mas a maior parte da regulamentação do processo legislativo deverá ficar com o Executivo, como reza a tradição nacional, e porque o Governo está melhor aparelhado para a atribuição.

O Executivo tem a prerrogativa de adotar, em casos de urgência, medidas provisórias com força de lei. Mas elas perderão a eficácia se não forem convertidas em lei pelo Congresso no prazo de 30 dias. Além disso, somente o Presidente da República pode propor leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos; organização administrativa e judiciária; matéria tributária e orçamentária; servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis; reforma e transferência de militares para a inatividade, entre outros.

Segundo o Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, Sérgio Porto,

cada Ministério proporá a legislação complementar e ordinária na sua área, embora o Legislativo também possa fazê-lo. Como a nova Constituição remete muitos dispositivos para a legislação ordinária, ele acredita que nem mesmo o Executivo estará em condições de fazer esse trabalho. No âmbito do Ministério da Justiça, o serviço já está sendo encaminhado e diversos juristas se prontificaram a colaborar.

Com a Justiça ficam temas como a defesa do consumidor, área penal, processo civil, Juizados de Pequenas Causas, habeas data, mandado de injunção, Lei Orgânica da Magistratura e vários outros — a fatia maior da parte que cabe ao Poder Executivo.

Mas enquanto não for completado o reordenamento jurídico, muitas questões terão que ser resolvidas nos tribunais, pois nem todas as normas constitucionais são autoaplicáveis. Uma das principais inovações na área do Direito Trabalhista — a garantia de emprego contra a demissão imotivada — é de eficácia diferida e sua aplicação depende de lei complementar. Na opinião de Sérgio Porto, nenhum juiz poderá dizer quanto um empregador terá que pagar de indenização enquanto esta não for definida na legislação ordinária. Mesmo assim, a norma já cria um princípio jurídico.

## Não faltarão assinaturas no texto final

BRASÍLIA — Ninguém se negará a assinar a Constituição. Os 13 membros do Centrão, que votaram contra o projeto B no início do segundo turno, continuam a criticá-lo, mas não deixarão de colocar os seus nomes no texto final. A Executiva Nacional do PT também descartou o boicote.

— Não nos resta mais nada a fazer do que assinar e cumprir a Constituição — disse o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) ao deputado Paes Landim (PFL-PI). Os dois votaram contra o projeto B.

A ideia de Luís Eduardo é que o grupo faça uma declaração de voto citando os dispositivos de que não gostou. Cerca de 40 Deputados do Centrão, entre eles o Líder do PFL,

José Lourenço, já concordaram com esta ideia. Mas centristas importantes, como Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), acham que a Constituição deve ser assinada sem outras considerações. Amanhã, em Salvador, durante a festa de aniversário do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, deverá ficar definida a posição do grupo, esperam Paes Landim e Luís Eduardo.

Votaram contra o projeto: José Lourenço, Luís Eduardo, Roberto Campos, Paes Landim, Gilson Machado, Ricardo Flúza, Rita Furtado, Vieira da Silva, Levy Dias, Irapuan Costa Júnior, Pedro Ceolin, Angelo Magalhães e Francisco Carneiro.

## 'Ressaca cívica' esvazia o Congresso

Não poderia ser diferente. Um dia depois da sessão histórica em que a Constituinte encerrou o segundo turno de votações da nova Carta, a "ressaca cívica" esvaziou o Congresso. O prédio ficou praticamente deserto. De tempos em tempos, um transeunte solitário quebrava o silêncio dos corredores. Dos lobbies, sequer os butons. Movimento mesmo só na Secretaria Geral, onde os funcionários se dedicavam a recuperar o texto aprovado.

A limpeza do plenário ocupou apenas seis funcionários, que terminaram de recolher dez sacos de lixo de 100 litros, só de papel picado, por volta das 16 horas. Os homens da manutenção da Câmara também trabalharam rápido no conserto de umas poucas cadeiras.

Para achar um parlamentar, o interessado tinha que se esforçar muito. Era possível, no entanto, encontrar algum, encostado à parede, com os olhos inchados pela noite mal dormida e o excesso de trabalho, conversando com algum jornalista. O Deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), por exemplo, podia ser visto explicando a um re-



No plenário vazio, a cadeira de Ulysses e um tapete de papel picado

pórter as consequências da rejeição da emenda que permitiria ao Senador Alexandre Costa (PFL-MA) assumir o Governo do Distrito Federal. Mais adiante, exausto e emocionado, dirigia-se para o estacionamento o Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Apesar do ambiente tranqüilo, a Segurança manteve seu esquema normal, só fazendo concessão

quanto à exigência de paletó e gravata no Salão Verde.

A agitação voltará, no entanto, com a promulgação da nova Carta. Será uma festa para muitos convidados. Depois, o movimento se restringirá às Comissões Legislativas, encarregadas de elaborar as leis complementares e ordinárias que completarão a obra iniciada em fevereiro de 1987.

# Sarney a Ulysses: 'Serei o primeiro servidor da lei'

BRASÍLIA — Em carta enviada ontem ao Deputado Ulysses Guimarães, o Presidente José Sarney reafirmou sua disposição de "não poupar esforços para que a Nova Constituição seja rápida e efetivamente implantada", transformando-se no "instrumento central de consolidação da democracia brasileira e da plenitude do estado de Direito". O Presidente fez questão de ressaltar que, a despeito de "preocupações e dúvidas" antes manifestadas sobre alguns preceitos do novo texto, será "o primeiro servidor das leis e da Pátria". A carta foi entregue às 17h15 pelo Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que foi à residência de Ulysses a pedido de Sarney. Na conversa com o Presidente da Constituinte, o Ministro informou que a ordem do Governo é a de que se cumpra a Constituição.

Na mensagem, Sarney ainda elogiou os constituintes "pela abnegação e espírito público que dedicaram à superior tarefa que lhes foi confiada pelo voto popular", salientando a

"patriótica contribuição" de Ulysses Guimarães.

Eis a íntegra da mensagem de Sarney:

"Excelentíssimo Senhor Presidente, caro amigo Ulysses Guimarães. Neste momento em que a Assembleia Nacional Constituinte conclui a votação do novo texto constitucional, quero associar-me à satisfação de todos os ilustres constituintes, cumprimentando-os pela abnegação e espírito público que dedicaram à superior tarefa que lhes foi confiada pelo voto popular. Resalto também a patriótica contribuição de Vossa Excelência para este resultado.

"Reafirmo a Vossa Excelência minha firme disposição de não poupar esforços para que a nova Constituição seja rápida e efetivamente implantada e que se torne instrumento central de consolidação da democracia brasileira e da plenitude do estado de Direito.

"Apesar das preocupações e dúvidas que manifestei a respeito de alguns preceitos adotados na nova Carta, coloco meus deveres de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, com a consciência de que me cabe ser exemplar no respeito à Lei, acima de todas as vicissitudes, para reafirmar o meu compromisso de primeiro servidor das leis e da Pátria.

"Atenciosamente, José Sarney, Presidente da República."

## No rádio, um alerta aos políticos

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney elogiou ontem, no Programa "Conversa ao Pé do Rádio", a decisão da Constituinte de fortalecer o Congresso Nacional, mas alertou para o fato de que se a política, a partir de agora, não for feita com "idéias, programas e grandeza, a nova Carta e a Federação poderão ser frustradas e não alcançar o desejo dos próprios parlamentares".

Segundo Sarney, a decisão da Constituinte implica responsabilidades maiores para o Congresso, que, a seu ver, não pode agir "por facciosis-

mo nem por interesses menores".

— É hora, portanto, de o Brasil dar um passo decisivo em seus costumes políticos. O Congresso do discurso, do Século XIX, tem que ser substituído pelo Congresso moderno, do trabalho, das comissões, do acompanhamento, da fiscalização, do controle feito de maneira correta e exata. O debate das palavras vazias tem que se substituir pelos fatos da verdade, da acusação comprovada e não da maledicência — afirmou Sarney, acrescentando que dará sua contribuição e a do Poder Executivo ao Legislativo.

## Moreira: 'A vitória é do povo brasileiro'

Ao contrário dos políticos que vieram conquistados "à esquerda" ou "à direita" na nova Carta constitucional, o Governador do Rio, Moreira Franco, evitou ontem, em entrevista no Palácio Guanabara, as análises detalhadas, preferindo creditar a vitória à população em geral.

— Nós suportamos momentos difíceis e construímos, e isto é inédito, um texto constitucional num momento de grave crise econômica. Ele está pronto e é uma vitória do povo brasileiro — declarou.

Moreira vê "erros, acertos, excessos e ausências" na nova Carta. E sem citar os pontos negativos, diz que, apesar de tudo, ela é "a nossa referência democrática", um instrumento "para os momentos de dificuldade política ou crise institucional". Entre os itens positivos, mencionou o Capítulo dos Direitos Sociais e, logo depois, rejeitou a polémica sobre a perda de credibilidade do Governo Federal:

— O problema não é este. O que existe, a partir de agora, é que o Governo terá que se relacionar com um novo centro de poder, que é o Congresso Nacional.

No final, preocupado com a divisão em seu partido, o Governador afirmou que este é o momento de o PMDB "dizer a que veio". Cabe ao Presidente Ulysses Guimarães, segundo ele, a tarefa de levá-lo de volta às ruas, para que o partido "sinta as aflições e as angústias do trabalhador brasileiro, podendo reencontrar-se como instrumento de solução dos problemas nacionais".